

# II Encuentro internacional de catalogación

Tendencias en la teoría y práctica  
de la catalogación bibliográfica

FILIBERTO FELIPE MARTÍNEZ ARELLANO  
ARIEL ALEJANDRO RODRÍGUEZ GARCÍA  
(COMP.)



**Z693.3**  
**S72E53**

Encuentro Internacional de Catalogación (2<sup>o</sup> : 2006 : México, D.F.)

Memoria del Segundo Encuentro Internacional de Catalogación : Tendencias en la teoría y práctica de la catalogación bibliográfica, 12 al 14 de septiembre de 2006 / comps. Filiberto Felipe Martínez Arellano, Ariel Alejandro Rodríguez García.—México : UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, Instituto de Investigaciones Bibliográficas, Library Outsourcing Service, 2007

ix,432 p. (Sistematización de la información documental)

ISBN: 978-970-32-4905-3

1. Catalogación - Normas - Conferencias 2. Tendencias - Catalogación Descriptiva - Normas - Conferencias 3. Análisis Documental - Normas - Conferencias I. Martínez Arellano, Filiberto Felipe, comp. II. Rodríguez García, Ariel Alejandro, comp. III. t. IV. ser.

***Diseño de portada:* Christopher Barrueta Álvarez**

***Imagen de portada:* Ignacio Rodríguez Sánchez**

Primera Edición 2007

DR © UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO

Ciudad Universitaria, 04510, México D.F.

DR © LIBRARY OUTSOURCING SERVICE, S.A. DE C.V.

Impreso y hecho en México

ISBN: 978-970-32-4905-3

# Contenido

## PALABRAS INAUGURALES

Vicente Quirarte Castañeda. . . . .	ix
Filiberto Felipe Martínez Arellano. . . . .	xi

## CONFERENCIA INAUGURAL

RDA Y LA INFLUENCIA DE FRBR Y OTRAS INICIATIVAS DE IFLA. . . . .	3
Barbara B. Tillet	

## PONENCIAS

FACETED SUBJECT ACCESS: THE CHALLENGE. . . . .	27
Sandra K. Roe	
ACTIVITIES OF THE AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION'S CATALOGING AND CLASSIFICATION SECTION. . . . .	35
David Miller	
LOS PROGRAMAS DE COOPERACIÓN EN CATALOGACIÓN DE LA LIBRARY OF CONGRESS DE EUA (LC) EN EL ÁMBITO INTERNACIONAL - ¿ÉXITOS O FRACASOS?. . . . .	43
Ana Lupe Cristán	
LA NORMALIZACIÓN INTERNACIONAL Y EL CONTROL DE AUTORIDADES EN REDES REGIONALES DE CATALOGACIÓN COOPERATIVA: LA EXPERIENCIA LATINOAMERICANA. . . . .	55
Ageo García B.	
APLICAÇÃO DA FERRAMENTA FRBR DISPLAY TOOL A REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS SELECIONADOS. . . . .	67
Fernanda Passini Moreno y Marisa Braschër	
HACIA EL PERFIL PROFESIONAL DEL BIBLIOTECÓLOGO PERUANO RESPONSABLE DE LA ORGANIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN. . . . .	83
Catalina Meriluz Zavala Barrios	

EXPERIENCIA DE LA BIBLIOTECA LUIS ÁNGEL ARANGO EN LA EVALUACIÓN DE SOLUCIONES AUTOMATIZADAS PARA BIBLIOTECAS. . . . .	101
Rosa López Rodríguez	
LCSH-ES: UNA HERRAMIENTA WEB DE MATERIAS EN ESPAÑOL. . . . .	109
Michael Kreyche	
ORGANIZACIÓN Y CATALOGACIÓN DE RECURSOS ELECTRÓNICOS. . . . .	123
Filiberto Felipe Martínez Arellano	
EL USO INTEGRADO DE WEBDEWEY, LEMB DIGITAL Y CAPTUREX Y SU IMPACTO EN EL TRABAJO DE CATALOGACIÓN Y CLASIFICACIÓN. . . . .	133
Nora Domínguez Rodríguez y Grete Pasch	
LA CATALOGACIÓN DE LOS MANUSCRITOS EN LA BIBLIOTECA NACIONAL DE MÉXICO. . . . .	151
Silvia Salgado Ruelas y Evelina Santana Chavarría	
CATALOGACIÓN DE RECURSOS INTEGRANTES. . . . .	165
Ángel Villalba Roldán	
LA FORMACIÓN EN ORGANIZACIÓN TÉCNICA EN LA ENBA: TENDENCIAS Y RETOS EN LA DOCENCIA. . . . .	175
Adriana Monroy Muñoz, María Graciela Tecuatl Quechol, César M. Trahyn Hernández, Hugo Martín Vargas Aguado y María Gabriela Vázquez Santa Ana	
NUEVOS RETOS Y POSIBILIDADES DEL BIBLIOTECÓLOGO EN EL ÁREA DE ORGANIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN. . . . .	189
Lidia Berrocal Quijhua y Teresa Rossio Bejar Apaza	
EL DOCENTE DE LAS MATERIAS DE CATALOGACIÓN ANTE LAS TIC Y LAS FUENTES NORMATIVAS EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE. . . . .	203
María Teresa González Romero	
LA CERTIFICACIÓN DE CATALOGADORES EN LOS PROGRAMAS INTERNACIONALES DE CAPACITACIÓN DE ALTO NIVEL. . . . .	225
Julia Margarita Martínez Saldaña	
EL FORMATO MARC Y LA CONSTRUCCIÓN DEL CATÁLOGO UNIDO DE LAS BIBLIOTECAS DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL MAYOR DE SAN MARCOS (LIMA-PERÚ). . . . .	239
Gloria Samamé Mancilla	

EL CONTROL DE AUTORIDADES: ESTADO ACTUAL Y RETOS. . . . .	253
Aurora Serrano Cruz y Daniel De Lira Luna	
CONTROL DE AUTORIDADES DE MATERIA MULTILINGÜES USANDO EL SOFTWARE INTEGRADO SABINI LIBRISUITE. . . . .	265
Ana María Talavera Ibarra	
LAS REGLAS DE CATALOGACIÓN ANGLOAMERICANAS HACIA UN NUEVO CÓDIGO DE CATALOGACIÓN. . . . .	285
Sofía Brito Ocampo	
REFLEXIÓN ACERCA DEL TESAURO DOCUMENTAL. . . . .	299
Catalina Naumis Peña	
LAS NUEVAS ENTIDADES DE INFORMACIÓN: EVOLUCIÓN Y ORGANIZACIÓN. . . .	317
Ariel Alejandro Rodríguez García	
A CATALOGAÇÃO COMO NATUREZA ESSENCIAL PARA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UEM/SIB. . . . .	329
Cicília Conceição De Maria	
LA FORMACIÓN DEL PROFESIONAL DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN EN EL ÁREA PROCESAMIENTO DE LA INFORMACIÓN EN LA UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, ARGENTINA. . . . .	347
Elsa E. Barber y Silvia L. Pisano	
ENSEÑANZA DE LA CATALOGACIÓN EN LOS PLANES DE ESTUDIO DE LA LICENCIATURA EN BIBLIOTECOLOGÍA: EL CASO DE MÉXICO. . . . .	367
Agustín Gutiérrez Chiñas	
LAS REGLAS ITALIANAS DESDE UNA PROSPECTIVA INTERNACIONAL: HACIA UN NUEVO CODIGO ITALIANO. . . . .	379
Carlo Bianchini y Mauro Guerrini	

# A catalogação como natureza essencial para recuperação da informação: UEM/SIB

CICILIA CONCEIÇÃO DE MARIA  
*Universidade Estadual de Maringá, Brasil*

## INTRODUÇÃO

**E**ste estudo é relato de uma experiência vivenciada no setor de Processamento Técnico do Sistema de Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá.

Apresentaremos algumas reflexões realizada por nós, no que diz respeito AACR. Também a origem de como surgiu a catalogação, as indagações sobre o distanciamento das normas editoriais, e as regras que no decorrer dos tempos vem sendo adaptadas.

No Brasil, e em outras localidades do mundo em que habitamos, as bibliotecas utiliza o código de catalogação denominado AACR2 (Anglo-American Cataloguin Rules), tais regras são aceitas internacionalmente. Porém, existem variações e adaptações que se faz necessárias em nossas bibliotecas; Sua última modificação, aconteceu em 2002. Nesta versão houve a eliminação da regra 1.4D4; no capítulo 3, teve três modificações como: regras adicionais ou adições às regras já existentes para a descrição de materiais cartográficos em forma eletrônicos; alterações diversas feitas em regras já existentes para adaptá-las à forma da prática corrente; alterações editoriais. E no capítulo 12 das publicações seriadas, engloba os recursos publicados sucessivamente; recursos integrados em andamento; algumas categorias de recursos finitos.

Contudo, são muitas as vantagens para uso de código (AACR2) para catalogação. Sua intangibilidade faz acontecer à padronização da comunicação científica. Criando uma linguagem padrão universal. Através dos pontos de acesso, em qualquer lugar do mundo sabe-se quem (ou qual) é o responsável pela obra e qual o título da obra.

Destarte, apresentaremos algumas modificações realizadas empiricamente por nossa biblioteca no que diz respeito à responsabilidade principal.

A metodologia a ser empregada neste estudo é de natureza qualitativa, cujo método é estudo de caso. A amostra estratificada com os livros que foram adquiridos através do processo de compra pela nossa instituição na área de química e física no ano de 2005.

As regras aqui estudadas são as regras do AACR2, cujos capítulos são: um, dois, vinte e um; os materiais bibliográficos na área de química e física.

## Caracterização da Biblioteca Central

A Biblioteca Central (BCE) da Universidade Estadual de Maringá tem como objetivo: apoiar as unidades universitárias e demais órgãos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Criada em 1974, no campus universitário, inicialmente contando com um prédio de 1.050 m<sup>2</sup>. Em virtude do aumento expressivo do número de usuários, em 1977, foi necessária uma ampliação de 400 m<sup>2</sup>. no espaço físico. Novamente, em 1981, ocorreu nova ampliação da biblioteca, com mais 600 m<sup>2</sup>., totalizando uma área de 2.050 m<sup>2</sup>. Em outubro de 1990, foi concluída a construção do primeiro módulo do novo prédio para abrigar a BCE, com modernas instalações e um área de 4.472,98 m<sup>2</sup>. Por dia atende cerca de 3.000 usuários da comunidade interna e 1500 da comunidade externa. Atualmente dentro da instituição está ligada diretamente a Pro-reitoria de ensino e pesquisa. Possuindo aproximadamente um quadro de aproximadamente 70, funcionários.

## BREVE HISTÓRICO DA CATALOGAÇÃO

### A catalogação no marco histórico aC

A catalogação não é simplesmente invenção biblioteconômica, mas necessidade do homem preservar sua própria existência. Mey (1995) relata que a catalogação surgiu em 2000 aC, a história conta que foi encontrados tabletas de argila com 62 títulos de livros da época. Em 1.300 aC esse sistema melhorou, não era apenas a listas dos títulos, mas também o nome do escriba, número do tablete.

Em 650 aC, as informações gravadas ampliaram de 62 títulos e passaram para 20 mil tabletas, cujos dados registrados era o número do tablete, ou, volume. Mey (1995, p, 13) nos relata que “o nome do possuidor do original, nome do escriba e 1 selo, indicando tratar-se de propriedade real”.

Em 250 aC, Calímaco, um dos sábios de Alexandria elaborou Pí-nakes, no qual registrava numero de linhas de cada obra, os dados bibliográficos sobre os autores de tais obras.

### IDADE MÉDIA: origem dos registros

Na idade média, por volta do século VIII, os monges beneditino propiciou uma das primeiras listas de obras de bibliotecas medievais. Para Mey (1995, p.14), os

“catálogos mais dignos de nota surgem no século IX. Na Alemanha, a biblioteca de Richnau compilou vários catálogos entre 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número dos volumes ou rolos em que cada obra estava contida”.

Outro país que contribui para com a gênese da catalogação foi à França, o catálogo do mosteiro beneditino de Saint Requier, compilado em meados de 831. Organizava-se por autor, embora não em ordem, também registra o conteúdo dos volumes e os números dos volumes relativos a uma obra. Quanto em relação ao registro dos livros



foi encontrados na lista da biblioteca de Glastonbury, na Inglaterra, em 1247.

## ORIGEM: remissivas e catálogos de autores e títulos

No século XV, surge pela primeira vez às remissivas, segundo Mey (1995, p.15)

“registros que remetem a outros registros[...] embora de forma primitiva, no catálogo compilado por Amplonius Ratnick de Berka entre 1410 e 1412. Também há remissivas no catálogo da abadia de Santo Agostinho, em Canterbury, na Inglaterra, compilado por volta de 1420”.

Em 1560, Florian Trefler de Augsburg criou o catálogo alfabético de autores, lista das estantes, índice classificado para os registros das partes, ou seja, conhecida hoje como: entradas analíticas, índice alfabético.

May (1995) relata que foi em 1595, Andrew Maunsell defendia a idéia que as entradas dos nomes pessoais deveriam ser pelo sobrenome, no caso de obras anônimas, usaria o título como o assunto na entrada.

O século XVII é marcado por grandes personagens que formaram normas para a catalogação, destacamos Sir Thomas Bodley que criou um código minucioso de catalogação, no qual indicava o arranjo sistemático, com um índice alfabético organizado pelo sobrenome do autor, e o interessante incluía também as entradas analíticas. E Gabriel Naudé, que sugeriu a divisão do catálogo em duas seções: por autores e por assuntos. Humphrey Wanley, os catálogos deveria ser alfabético ou classificado, se os títulos e os dados do livro deveriam ser registrados na língua do livro, incluir autor e título das entradas analíticas. Já as fichas catalográficas surge com o governo revolucionário francês, e na falta do papel utilizavam-se cartas de baralhos. Sendo essa descoberta um detalhe interessante quanto às fontes de informações para descrição.

## PRECÍPUO DO CÓDIGO PARA CATALOGAÇÃO

Percebemos como foi formalizando o código de catalogação, e o que mais nos chama atenção foi à questão de formalizar as regras perante o grupo de profissionais. Por toda Europa começa a surgir códigos, para padronizar, facilitar a recuperação da informação.

Conforme Mey(1995, p.19), “o código francês determinava que se transcrevesse a página de rosto, sublinhando o sobrenome do autor para alfabetação”. Além do código francês, surgiu código de Munique, na Alemanha.

No século XX vários países tinham seus códigos nacionais, como Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Suíça e Vaticano. No ano de 1901 a biblioteca do congresso dos estados unidos tentam padronizar as entradas, uma vez que a mesma feccionavam fichas para todas as bibliotecas.

Diante do exposto American library Association (ALA) começou a estudar o fato da vendas de fichas. Mey(1995, p.23) relata:

“American Library Association nomeou uma comissão para estudar as regras adotadas pela LC. Em colaboração com a Library Association, na Inglaterra, a ALA publica a primeira edição de seu código, em 1908, utilizando regras de Panizzi, Cutter, Jewett e LC: *Catalogin rules: author and title entries* [Regras de catalogação: entradas de autores e títulos]. Simultaneamente, publicava-se na Alemanha, a segunda edição das Instruções prussianas, que alcançaram grande aceitação na Europa, enquanto o código da ALA era bem-recebidos nos Estados Unidos e outros países. Buscou-se, então, uma compatibilidade entre ambos. Mas a tão desejada padronização internacional só chegaria muito mais tarde. Em 1920 foram editadas as Norme per il catalogo degli stampati, ou código da vaticana”.

Mas é no ano de 1960 que Library of Congress surge o projeto MARC (Machine Readable Catalogin) e do MARCII, base para formatos para entrada de informações bibliográficas em computador.

No Brasil, também houve tentativas de criar um código brasileiro, em meados de 1934 e 1963, os precursores foram:

## *Segundo Encuentro Internacional de Catalogación...*

Duarte Ribeiro (1934), Associação Paulista de Bibliotecários (1941), Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em (1943), Maria Luisa Monteiro da Cunha (1946 e, novamente, 1963), primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, como recomendação (1954), Felisbela Carvalho (1961) e Mário Costa (1963) [...] Catalogação simplificada(1970), de Cordélia R. Cavalcanti, que por um certo tempo assumiu o lugar de um código brasileiro em muitas bibliotecas, algumas de vasto acervo (MEY, 1995, p.24).

No ano de 1954, é um ano de suma importância na biblioteconomia brasileira, surge o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), este contribui efetivamente com a catalogação, ao editar a segunda edição do Código de catalogação da Biblioteca Vaticana. Em 2003, a catalogação na publicação de um livro é lei, como podemos ver:

Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 Institui a Política Nacional do livro. O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: Capítulo I da política Nacional do Livro diretrizes gerais. Capítulo III da editoração, distribuição e comercialização do livro[...] Art. 6º na editoração do livro, é obrigatória a adoção do número internacional padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Com as tecnologias fazendo parte da vida, do comportamento, da produção científica, era necessário ir além de um código nacional, mas um código internacional. A UNESCO, ao criar o programa de Controle Bibliográfico Universal, Propicia efetivamente, com padronização universal da catalogação. Surgindo bases cooperativas para o controle bibliográfico:

Gerenciando pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), atuando em bases cooperativas. Cooperação significa, além do respeito aos padrões, que cada um dos países deverá responsabilizar-se por seu controle bibliográfico nacional, por intermédio de uma ou mais entidades designadas, geralmente a biblioteca nacional

### *A catalogação como natureza essencial para recuperação da informação:*

ou instituição similar. Tal programa elegeu como norma básica para a descrição bibliográfica a ISBD (MEY, 1995, p.25).

Destarte, o processo de catalogação vem se desenvolvendo mesmo aC, no princípio era apenas uma lista em tabletes de argila, essa lista foi se evoluindo, ate chegar à importância de se colocar o nome do responsável, volumes, depois as entradas pelos sobrenomes. Como o desenvolvimento da informática, era necessário que essas entradas tivesse uma codificação para el ordenador, criou-se o formato MARC. Mas, o que mais nos chama atenção é que a catalogação é como um alicerce para a comunicação científica, e repositório de conhecimento, pois ela possibilita mecanismos que auxiliam as ferramentas de busca da informação.

O nível de detalhamento para descrição bibliográfica propicia que os elementos implícitos expressam obra no todo. Ela é a síntese de uma publicação.

Instrumento precípua para comunicação internacional de informação bibliográfica. Através de uma ordem pré-estabelecida dos elementos, rompe-se às barreiras lingüísticas, facilitando intercâmbios entre as diferentes unidades de informações. Denominamos então a catalogação é a síntese da publicação científica de um ítem.

### LINGUAGEM DA PADRONIZAÇÃO UNIVERSAL

A era da informação velozmente passa por nossas vidas sem que percebamos que o mundo está cada vez está mais perto de si mesmo. Tal transformação acontece paulatinamente dentro dos indivíduos. Porém, os meios de comunicação interligam continentes através dos canais de microondas, fibra ótica, cabos submarinos transoceânicos. Por todos os lados existem informações para todos os tipos de situações.

Para nós contemporâneos, da era da informação, da era científico-tecnica, o universo está em constante evolução. Ele constitui uma realidade aberta, sob o processo cosmogênico. Quer dizer, o processo não esta ainda pronto, mas em fase de gênese e de expansão. Nada esta determinado mecanicamente. As leis possuem um caráter proba-

bilístico e aproximativo. Todos estamos enredados num jogo de inter-retro-relacionamento, em cadeia, pelo qual vamos construindo, com o desenrolar do tempo, nosso ser.

Segundo Orlandi (2004, p. 204)

“[...] o modo como a produção do conhecimento lingüístico resulta em uma organização social do trabalho sobre a língua com efeitos para a organização do próprio conhecimento social”.

Estabelecendo uma ligação com Orlandi a catalogação é um instrumento lingüístico para a comunicação científica, é uma realidade aberta no processo organizacional informacional. Rompe barreiras lingüística, contribuindo para um intercambio social de informação. Martins (2002), nos apresenta que para os lingüistas existem três tipos de línguas, as línguas monossilábicas que são chinês, samês, birmanês, tibetano, línguas himalaias; o anamita, o cambojiano. Línguas aglutinates, que se dividem XVI grupos, como I. Família malaio-polinésia (malaio, javanês, maori); II Família dravidiana (tamul, canarês); III. Idiomas colarianos; IV. Família uralo-altaica (finlandês, lapão, húngaro, samoieda, turco, mongol, calmuque, mandchu) V. Japonês (uralo-altaico); VI. Coreano; VII Bantu (cafre, zulu); VIII. Línguas dos negros da África (uolofe, haussa); IX Línguas africanas de consoantes explosivas ( hotentote, boximane); X. Línguas do Cáucaso (georgiano, laze); XI. Línguas hiperborianas (aleúte, esquimó); XII. Línguas australianas; XIII. Línguas dos negritos; XIV. Línguas dos papus; XV. Línguas americanas (algonquino, iroquês, delauar, araucânio); XVI. Basco. E as línguas flexionais, que se dividem em dois grupos, a I. Família camito-semítica, o copta, o berbere e as línguas etiópicas, o assírio, o hebreu, o fenício, o caldaico, o siríaco e o árabe. II. Família indo-européia: sânscrito, prácrito e línguas indo-arianas; línguas iranianas; tokariano; grego antigo e moderno; línguas itálicas e românicas; línguas célticas; línguas germânicas; línguas bálticas e eslavas; armênio, albanês. Diante da quantidade de línguas, para que o conhecimento científico seja devidamente registrado e, sobretudo recuperado, imagine se cada país tivesse uma padronização diferenciada, os povos de línguas monossilábicas, a entradas de seus livros fossem pelo ano do livro, os

### *A catalogação como natureza essencial para recuperação da informação:*

povos de línguas aglutinantes priorizasse suas entradas pelo assunto dos seus livros, os povos de línguas flexionais por editores. A quantidade de informação se perderia no arsenal poderosa dos diferenciados catálogos bibliográficos.

A catalogação dentre as inúmeras funções, ao nosso modo, de maior relevância, é a comunicação. Disse muito bem Cassirer (2001, p.24) “Na medida em que a ciência usa a linguagem como material e como fundamento, ela necessária e simultaneamente a transcende”. A linguagem implícita usada na catalogação esvai de uma realidade local para uma realidade global. Em qualquer país do mundo que utiliza o AACR2, sabe-se que a primeira parte da descrição bibliográfica nos diz respeito à área do título e da indicação de responsabilidade.

### EDITORAÇÃO E CATALOGAÇÃO COMO NATUREZA ESSENCIAL

No Brasil, são poucas as editoras que possui um profissional bibliotecário dentro do seu quadro de pessoal. Temos uma norma de apresentação de livros e folhetos, a NBR 6029, que juntamente com outras normas similares, como NBR6021, NBR6023, NBR6027, NBR 6028, NBR6034 entrelaçam diretrizes para publicação do livro.

O livro impresso surgiu em meados dos anos de 1436, por Gutenberg, cidadão de Mogúncia, era arte de imprimir livros por meio de caracteres em relevo. Com o passar dos anos este processo de fundir caracteres se evoluiu. A passagem do livro artesanal para um produto industrial, eliminou os erros de cópias, ou, mesmo interpretação da grafia. Martins (2002, p.230) relata que:

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (Produção de livros no Brasil, 1971), editaram-se em São Paulo 26 títulos em 1926, num total de 172.500 exemplares, números que subiu para 2.500 títulos na década seguinte. No relatório para a UNESCO em 1969 e 4.812 em 1964. em face desses números, podemos avaliar o que significam os de 1994: de acordo com o divulgado pela Câmara Brasileira do Livro, o país produziu nesse ano 236 milhões de exemplares, com aumento de 6% sobre o ano anterior. O mercado editorial revelou um crescimento de 10% na produção

## *Segundo Encuentro Internacional de Catalogación...*

de novos títulos: 33,5 mil em 1993, e 36,5 mil no ano seguinte, enquanto o faturamento cresceu promissoramente em 29%.

Atualmente constatamos que os formatos digitais estão em ascensão, também corroboramos que o mercado livresco cresce. E com toda evolução ainda, verificamos um distanciamento dos editores quanto as normas primordiais para o lançamento de um livro. Existem livros que utilizam edição revista e ampliada, porem este material bibliográfico, não teve mudança no seu conteúdo de impressão, ou ate mesmo, muitas vezes, aparecem na folha de rosto nomes de editores como se fossem autores. Esta situação não simplesmente é uma tomada de decisão que acontece na editora que imprimiu o material, mas que resulta na incompatibilidade do intuito da padronização universal da catalogação, como também na qualidade e difusão da informação.

## PONTOS ESSENCIAS PARA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As regras do código de catalogação AACR2 (Anglo-American Cataloguin Rules), são aceitas internacionalmente.

Gorman, (2003) , nos ensina que o AACR2, é resultado de décadas de esforços para conseguir uma uniformidade para catalogação em todo mundo. Não é uma realidade estanque desse ou daquele país, mas algo real. Uma necessidade do mundo moderno, que é troca de conhecimentos, experiências.

Em 1967 o AACR2 teve sua primeira publicação, e a segunda em 1978, a partir de então aconteceu uma mudança para toda comunidade biblioteconômica, como também inicia um processo incipiente de prestígio por parte do mercado editorial, para com as regras e as normas de editoração. O código propicia confecções de fichas catalográficas, citações bibliográficas. Sem dúvida, um grande aliado para todos os profissionais que trabalha, ou, produz informações.

Sua última modificação, na qual traduzida para Brasil, acontece em 2002. Nesta versão houve a eliminação da regra 1.4D4.

*A catalogação como natureza essencial para recuperação da informação:*

“ Essa regra determinava que o nome do editor, distribuidor, que aparecesse de uma forma reconhecível no título e na área da indicação de responsabilidade, deveria ser dado na forma mais sucinta possível na área da publicação, distribuição” (CODIGO..., 2004, p. xxix).

O motivo pelo qual, a regra foi julgada sem tanta importância, foi o fato da redundância. No Brasil, como em muitos lugares do mundo, não é tão fácil passar pelo crivo dos editores. É quase que natural que o autor seja seu próprio editor. Na regra antiga, a entrada era dada pelo autor ( que também era editor), e também era de forma sucinta colocado na imprensa. Para melhor entendermos, vejamos o exemplo fictício:

Maria, Cicilia Conceição de Maria  
Teorização da biblioteconomia / Cicilia Conceição de Maria.  
--Maringá : C. C. Maria, 2006.

Contudo, na regra vigente, seria:

Maria, Cicilia Conceição de Maria  
Teorização da biblioteconomia / Cicilia Conceição de Maria.  
--Maringá : [s.n], 2006.

O capítulo 3, ocorreu três modificações como: 1) regras adicionais ou adições às regras já existentes para a descrição de materiais cartográficos em forma eletrônicos: essa categoria, as mudanças foram na área matemática e nos detalhes específicos do material, além de vir a acrescentar a mesma novas regras, que são elas: 3.3E que orienta quanto ao tipo e extensão do recurso, a regra 3.3F, aborda a representação gráfica digital e a regra 3.3G que apresenta a numeração relativa a publicações seriadas. 2) alterações diversas feitas em regras já existentes para adaptá-las à forma da prática corrente, as mudanças de seção de mapa para seção e de modelo em relevo para simplesmente Modelo, acrescentando aqui o layout, método de produção; 3) alterações editoriais, neste item adaptou à nova terminologia que diz respeito as questões editoriais



E no capítulo 12 das publicações seriadas, engloba os recursos publicados sucessivamente; recursos integrados em andamento; algumas categorias de recursos finitos.

Coorroboramos, que o ponto de acesso de um material bibliográfico, é o ápice, para o inventário do acervo, como também para que os pesquisadores, encontrem as informações necessárias.

Em 2005, o sistema de bibliotecas da Universidade Estadual de Maringá, comprou na área de física e química cerca de 100 títulos. Porém dentre os títulos que recebemos alguns nos tomaram a atenção; dentre eles a 5.ed. do livro de física, livro este que tinha sua responsabilidade compartilhada, em edições anteriores Robert Resnick, aparecia como autor principal. Entretanto, nesta edição este não tinha nenhum destaque e vinha na fonte principal de informação como o segundo autor, e David Halliday como primeiro autor. Diante desse pressuposto, mesmo com o sistemas informatizados, os itens aparentemente igual, não seriam alojadas justapostos na mesma bandeja, embora de áreas iguais. Começamos observar que muitos alunos, ao procurar os livros de Resnick esqueciam de procurar por Halliday. Então, começamos a nos questionar: Para quem catalogamos? Para os bibliotecários? Para os usuários? Contudo, não queríamos que nossas tomadas de decisões, distanciasse do AACR2, visto e considerado que o mesmo, nos orienta para uma visão global e compartilhamento de informações.

Percebemos que no Capítulo 1 : Regras Gerais para Descrição, no item: 1.0D “Esta escolha deve ser baseada no objetivo do catalogo para os quais a entrada é elaborada” (CODIGO....2004, p.1-4). A nosso ver a entrada era para nossos usuários; nosso setor de empréstimo estava parcialmente informatizado, os alunos reservavam Resnick, chegava o livro de Halliday e o usuário continuava esperando. Se fossemos medir, era um prejuízo intangível na vida dos alunos. Continuemos a estudar as regras gerais para descrição, para ver o que ela nos dizia a respeito da responsabilidade. Então fomos verificar o item : 1.1F3

“Se uma indicação de responsabilidade preceder o título principal na fonte principal de informação, transponha-o para posição apropriada a não ser que faça parte integrante do título principal” (CODIGO....2004, p.1-4) .

### *A catalogação como natureza essencial para recuperação da informação:*

Deparamos aqui com o Livro de Análise Química Quantitativa, o qual foi dado a entrada pelo título, após uma tenta análise, averiguamos que a de acordo essa regra 1.1F3, a entrada adequada, seria pelo autor, isto é, Vogel, Arthur I, no lugar do título. Mas, então que fazer com a regra 1.1F5? que orienta

Quando uma única indicação de responsabilidade mencionar mais de três pessoas ou entidade exercendo a mesma função, ou com o mesmo grau de responsabilidade, omite todos os nomes exceto o primeiro de cada grupo dessas pessoas ou entidades. Indique a omissão por meio de reticências (...) e acrescente, entre colchetes, et. Al (ou seu equivalente em alfabeto não latino)(CODIGO....2004, p.1-4)

Continuemos nossa leitura, voltamos então para regra 1.1F2

“Se nenhuma indicação de responsabilidade aparecer com destaque no item (grifo nosso), não construa uma e nem a extraia do conteúdo do item. Não inclua, na área do título e da indicação de responsabilidade, as indicações de responsabilidade que não aparecem com destaque no item. Se essa indicação for necessária” (CODIGO...2004, p.1-4).

Destarte, ficamos mais tranquilos pois Arthur Vogel, estava em em destaque. Logo, as regras aqui expostas propiciava a entrada pr Vogel. Analisamos então o capítulo 2 : Livros, Folhetos, e folhas Impressas. Para verificar se o que estávamos averiguando estava atrelados às regras. Neste momento deparamos com o seguinte enunciado: 2.0B1 :

“Fonte principal de informação para monografias impressas é a pagina de rosto ou, se não houver página de rosto, a fonte que, na publicação, for usado para substitui-lo. Se nenhuma parte do item fornecer dados que possam ser usados como base de descrição, tire as informações necessárias de qualquer outra parte disponível (CODIGO, 2004, 2-3).

Com as inúmeras mudanças no mercado livreiro, onde cada momento as informações essenciais de um item chegam de diversas maneiras, o AACR2, nesta regra apresenta sua flexibilidade, sua adequação não deixando de lado o rigor.

## *Segundo Encuentro Internacional de Catalogación...*

Retomando Resnick e Halliday, até então o livro de física, cujo a autoria era compartilhada, estava vindo como primeiro autor Resnick, porém a partir da 5.ed., começa vir em primeiro lugar Halliday, o que fazer? Os sistemas automatizados recuperaria de qualquer forma. Mas, nossos graduandos, acostumados irem na estantes, e nossa circulação ainda não totalmente informatizadas, o que aconteceria com as reservas? 530 H188f (para Halliday) e 530 R434f (Resnick).

A Regra do 21.6C1, nos orientava

Se os nomes das pessoas ou entidades aparecerem em ordem diferentes na fonte principal de informações de edições diferentes da mesma obra, faça entrada de cada edição sob o cabeçalho da pessoa ou entidade que figure em primeiro lugar nesta edição [...] se as pessoas ou entidades não estiverem mencionadas na obra, faça a entrada por aquelas mencionada em primeiro lugar numa edição anterior, ou, se não existir edição anterior, por aquela cujo cabeçalho vier em primeiro lugar, na ordem alfabético em português (CODIGO...,2004,p21-20).

Em uma biblioteca que recebe por dia mais de 3.000 usuários por dia, e que os empréstimos realizados por dia chegam em torno de 1500. como resolver essa questão sem deixarmos o rigor da regra de lado. Então continuemos a estudar o AACR, cujo a regra era 21.6C2

“Se a responsabilidade for compartilhada por mais de três pessoas ou entidades, e a *responsabilidade principal* não for atribuída a uma, duas ou três delas, faça a entrada pelo título.”(CODIGO.,2004, p.21-20).

A parti de então ficamos mais tranqüilos, pois a responsabilidade de maior peso nesta obra de física era de Resnick.

## SUBJETIVIDADE DOS BIBLIOTECARIOS PARA INTERPRETAÇÃO DO AACR2

A subjetividade é resultado de todo conhecimento tácito apreendido através de todas nossas experiências vividas e sentidas. Ela produz e

*A catalogação como natureza essencial para recuperação da informação:*

é a própria interioridade , vai se densificando até atingir um grau eminente e parcialmente do conhecimento intangível.

Para Moura (2004, p.164)

“ O bibliotecário tornou-se um, pois, leitor mediador; intérprete que trabalha sobre materialidades discursivas variadas, com o objetivo de criar, a partir de suas interpretações representações condensadas dos textos com efeito de completude”.

A interpretação é um conjunto de: entendimento, compreensão do fato exposto e, sobretudo do real significado. O AACR é uma estrutura complexa e muito bem organizada. Sua interpretação não é tão fácil, pois existem diversas ligações para a interpretação. Porém, como Moura (2004, p. 165) ainda diz:

A leitura, atividade fundamental no processo de trabalho desses profissionais, pressupõe um articulado movimento de interação entre o leitor e o texto a ser incorporado ao sistema. E isso não ocorre sem o grau de subjetividade decorrente do processo interpretativo visto que a trajetória dos bibliotecários no mundo da leitura é talhada pela profissão.

A leitura precede toda e qualquer interpretação, ela não é simplesmente o ato de decodificar os signos, mas a essência da leitura está no entendimento, na clareza, na capacidade de gerar novos conhecimentos.

Ao interpretar o AACR estamos criando novos conhecimentos, toda a representação descritiva, elaborada não fica a esmo, mas extrapola fronteiras. E percebemos que

“[...] o campo do ser subjetivo separou-se claramente do ser objetivo na expressão lingüística - apesar disso, na flexão do verbo estas mesmas expressões para o ser subjetivo voltam a juntar-se , formando uma nova unidade” (CASSIER, 2001, p.345).

transpondo do contexto lingüístico para biblioteconomia, percebemos que todo o subjetivo ( o conhecimento tácito), se materializa a partir que a descrição bibliográfica.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este estudo foi de natureza qualitativa, cujo método é estudo de caso. Primeiramente estabelecemos o tipo de amostra, neste caso, amostra estratificada. Verificamos os livros adquirido por compra na área de física e química pertencentes ao acervo da biblioteca central do ano de 2005. Livros estes, que em suas edições mais recentes traziam modificações quanto à autoria. Dos 100 títulos adquiridos analisamos todos, porem apenas 25% traziam incompatibilidade diferenciada das edições anteriores. Os instrumentos utilizados para este estudo, foram as regras do AACR2, cujos capítulos estudados foram: um, dois, vinte e um.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relatar esta experiência nos preocupamos com os usuários frequentadores do Sistema de Bibliotecas da UEM. Para os quais a informação é um bem intangível. Não podemos deixar de lembrar que a biblioteca, não é simplesmente repositórios de informação. Mas um organismo vivo, que transcende tempo e espaço, sendo a fonte para produção científica. Não estamos a esmo da informatização e nem muito menos dos formatos existentes que assegura a qualidade da informação.

O fato que as novas tecnologias adentrando em nossa biblioteca modificou paradigmas, inquirindo a necessidade de novas formas de comunicação, desenvolvendo novas relações entre as bibliotecas, novas rotinas biblioteconômicas. Contudo, as tecnologias existentes visa facilitar a vida das pessoas envolvidas: bibliotecários, pesquisadores. Mas, o ápice da catalogação para nos, e encurtar a distância entre o usuário e a informação. Para nós, a missão da catalogação é ser o que ela realmente é: síntese da descrição bibliográfica de um item ou de uma coleção, cuja uma das qualidades inerentes é ser ferramenta que propícia encurtar o distanciamento entre a informação e o pesquisador.

## REFERÊNCIAS

- Código de catalogação Anglo-americano. 2.ed. trad. Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). São Paulo : FEBAB, 2004.
- Andrade, Olympio de Souza; Coutinho, Edilberto. *Editoração no Brasil*. São Paulo : Escola de Comunicação e Artes, 1971. 91 p.
- Cassirer, Ernest. *A filosofia das formas simbólicas: a linguagem*. Trad. Marion Fleischer. São Paulo : Martins Fontes, 2001. 416 p.
- Dias, Eduardo Wense. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. *Perspect. Cienc. Inf*, Belo Horizonte, v.9, n. 2, p.146-157, jul/dez. 2004.
- Garrido Arilla, Maria Rosa. Tendências que presenta la catalogación automatizada hoy. *Revista General de Información y Documentación*, v.6, n.2, 1996.
- Gorman, Michael. Control o caos bibliográfico : um programa para los servicios bibliográficos nacionales Del siglo XXI. *Anales de documentación*, n.6, p.277-288, 2003.
- Lucas, Clarinda Rodrigues. *Indexação: gesto de leitura do bibliotecário*. 1996. 100f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de São Paulo, 1996.
- McCarthy, Cavan Michael. O impacto do mercosul sobre a editoração no Brasil. Disponível em [http:://cienciainformaçãoonline](http://cienciainformaçãoonline). Acesso em : 23/02/2000.
- Martins, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. 5. reimpr. São Paulo : Atica, 2002. 519 p.

***Segundo Encuentro Internacional de Catalogación...***

Mey, Eliane Serrão Alves. *Introdução à catalogação*. Brasília, DF : Briquet de Lemos/Livros, 1995. 123p.

Montecinos, Patricia Lilo. Algunas disquisiciones sobre el querido y odiado formato marc. *Serie Bibliotecología y Gestión de Información*, n.12, 2006.

Moura, Maria Aparecida. Leitor-bibliotecário : interpretação, memória e as contradições da subjetividade. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.158-169, jul/dez. 2004.

Orlandi, Eni Pulcinelli. O conhecimento sobre a linguagem: mercado e interesse. In.\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

***Memoria del Segundo Encuentro Internacional de Catalogación. Tendencias en la teoría y práctica de la catalogación bibliográfica. 12 al 14 de septiembre de 2006.*** La edición consta de 300 ejemplares. Cuidado de la edición, Zindy Elizabeth Rodríguez Tamayo. Formación editorial, Mario Ocampo Chávez. Revisión especializada, Francisco Xavier González y Ortiz. Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. Fue impreso en papel cultural ahuesado de 90 gr. en Producciones Editoriales Nueva Visión S.A. de C.V., ubicados en Juan A. Mateos No 20, Col. Obrera, México, D. F. Se terminó de imprimir en el mes de octubre de 2007.